



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Tocantins

EDITAL PR/TO Nº 02/2016, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS, com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União, aprovado pela Portaria PGR/MPU Nº 378, de 9 de agosto de 2010, alterada pela Portaria PGR/MPU Nº 576, de 12 de novembro de 2010, Portaria PGR/MPU nº 155, de 30 de março de 2011 e Portaria PGR/MPU nº 539, de 4 de outubro de 2011, **RESOLVE**:

Artigo 1º – Retificar o Edital PR/TO nº 01/2016, de 12 de agosto de 2016, para que, **onde se lê**:

“III – DAS VAGAS

3.1. O processo seletivo será realizado para formação de cadastro de reserva, conforme discriminado na tabela abaixo, visando ao provimento das vagas que surgirem durante o prazo de validade da seleção.

Local da Vaga	Área de Formação	vagas
PRM – Araguaína	Direito	CR*
PR/TO – Palmas	Comunicação Social	01
	Direito	02
	Engenharia Ambiental	CR*
	Administração	CR*
PRM - Gurupi	Direito	01*

E para, que **onde se lê**:



ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3. PARA O CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Ciclos biogeoquímicos: Carbono, Nitrogênio e Fósforo. 2. Componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas. 3. Depósito mineral: conceitos básicos. 4. Qualidade das águas: parâmetros físicos, químicos e biológicos. 5. Corpos de água e lançamento de efluentes (Resoluções Conama nº 357/2005, 397/2008 e 430/2011). 6. Qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias (Resolução Conama nº 420/2009). 7. Sistema Nacional do Meio Ambiente e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81). 8. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) (Resolução Conama nº 001/86). 9. Licenciamento ambiental (Resolução Conama nº 237/97). 10. Mudanças Climáticas. 11. Política Nacional de Resíduos Sólidos LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. 12. Novo código Florestal LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. 13. Lei Estadual Nº 2713, de 09 de maio de 2013, que Institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural - TO-LEGAL, e adota outras providências. “

leia-se:

“III – DAS VAGAS

3.1. O processo seletivo será realizado para preenchimento de vagas e para formação de cadastro de reserva, conforme discriminado na tabela abaixo, visando ao provimento das vagas que surgirem durante o prazo de validade da seleção.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Tocantins

Local da Vaga	Área de Formação	vagas
PRM – Araguaína	Direito	CR*
PR/TO – Palmas	Comunicação Social	01
	Direito	02
	Engenharia Ambiental	01
	Administração	CR*
PRM - Gurupi	Direito	01*

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3. PARA O CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Ciclos biogeoquímicos: Carbono, Nitrogênio e Fósforo. 2. Componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas. 3. Depósito mineral: conceitos básicos. 4. Qualidade das águas: parâmetros físicos, químicos e biológicos. 5. Corpos de água e lançamento de efluentes (Resoluções Conama nº 357/2005, 397/2008 e 430/2011). 6. Qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias (Resolução Conama nº 420/2009). 7. Sistema Nacional do Meio Ambiente e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81). 8. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) (Resolução Conama nº 001/86). 9. Licenciamento ambiental (Resolução Conama nº 237/97). 10. Mudanças Climáticas. 11. Política Nacional de Resíduos Sólidos LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. 12. Novo código Florestal LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. 13. Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 14. Lei Complementar nº 140/2011 (Competências ambientais) 15. Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional

63 3219-7200 / 3219-7237/7294 - www.prto.mpf.mp.br
104 Norte, Rua NE 03, Conjunto 02, Lote 43, Palmas-TO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Tocantins

de Unidades de Conservação da Natureza) 16. Lei nº 9.433/1997 e alterações (Política Nacional de Recursos Hídricos), 17. Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003 que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, 18 Lei Estadual Nº 2713, de 09 de maio de 2013, que Institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural – TO-LEGAL.”

Dê-se ciência. Publique-se.

ÁLVARO LOTUFO MANZANO